

ALENCAR E O ROMANCE AMERICANO: LÍNGUAS, LINGUAGEM LITERÁRIA, HISTÓRIA, CULTURA E NATUREZA

Leandro Antonio dos Santos - UFG/CAC, lendrosantoss1917@hotmail.com¹

Valdeci Rezende Borges - UFG/CAC, valdecirborges@terra.com.br²

Palavras – Chave: José de Alencar; língua; linguagem; história; cultura; natureza.

1. Introdução

Este artigo resulta da proposta de estudo, desenvolvida durante o período de 2010/2011, acerca da perspectiva estética alencariana expressa sobre o romance americano, aqui problematizada por meio de vários textos produzidos ao redor de questões literárias que tornaram motivo de diversas polêmicas entre escritores brasileiros e portugueses. Percorremos o percurso crítico-literário do escritor José de Alencar (1829-1877), marcado pela procura de uma linguagem nova, de uma narrativa moderna, que empregasse a língua portuguesa “abrasileirada” e marcada pela presença de termos e usos indígenas, de vocábulos “comuns da língua tupi, que significa[ria]m coisas nossas”. A proposta buscava a originalidade de nossa literatura, um novo fazer literário, que incorporasse a diversidade linguística do Brasil, sendo a prosa o veículo de representação da jovem nação e de afirmação de sua identidade. Elementos esses que foram expostos na perigrafia alencariana, ou seja, em textos considerados periféricos, “menores”, como posfácios, prefácios e pós-escritos. São eles: “Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*” (1856), “Carta ao Dr. Jaguaribe” (1865), “Pós-escrito” à segunda edição de *Iracema* (1870) e “Questão Filológica” (1874). Já, das fileiras lusas, focamos: “Literatura Brasileira – José de D’Alencar” (1867), do português Manuel Pinheiro Chagas, “A Literatura Brasileira Contemporânea” e “Questão Filológica: a propósito da edição de *Iracema*” (1871), ambos do maranhense Antônio Henriques Leal, aliado de Chagas.

¹ Orientando, graduando em História pela Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, bolsista PIBIC.

² Orientador, Professor Dr. do Departamento de História e Ciências Sociais da UFG/CAC, Pesquisador CNPq (PQ) – Bolsa Produtividade, NIESC – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais. Revisado pelo orientador.

2. Objetivos

Procura-se perceber as relações tecidas entre as línguas, como a portuguesa e as indígenas, a linguagem literária empregada, a história, a cultura e a natureza. O intuito foi compreender como esses elementos foram tratados, pensados e projetados como forma de entendimento da realidade brasileira e como aspectos formadores de uma identidade nacional.

Partimos da seguinte problemática: como se constitui o campo intelectual oitocentista no Brasil e em Portugal, ao redor da produção literária do escritor José de Alencar e de seus interlocutores críticos, considerando a discussão estabelecida sobre as relações entre línguas e linguagem, língua indígena, portuguesa e “brasileira”, linguagem literária clássica e moderna, literatura portuguesa e literatura brasileira, nacional?

Por meio das ideias de José de Alencar, expressas em diversos ensaios críticos, escritos em diálogo com seus receptores críticos, como M. Pinheiro Chagas e A. Henriques Leal, representantes e defensores da língua portuguesa e dos estilos clássicos como forma de representação literária do Brasil, atemos às propostas, aos argumentos veiculados no combate, no ataque e na defesa, dos dois lados, na vertente lusa e na alencariana, está última erigida por uma literatura nacional com língua, estilo e linguagem brasileiros.

3. Metodologia

Percebemos, por meio do campo intelectual oitocentista luso-brasileiro, permeado por escritores brasileiros e portugueses, uma luta por formas de representação da nação expressa em embates e encontros simbólicos, cada qual forjando suas próprias concepções de literatura num espaço de disputas e de pertencimentos. Os dias atuais, com a assinatura do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, firmado pelos diversos países da comunidade lusa, suscitou o interesse em investigar os debates travados no século XIX. A partir do método regressivo (BLOCH, 2001, p. 67), tentamos compreender melhor a questão articulando o presente com o passado, pois o referido acordo gerou debates e resistências, sobretudo em Portugal, contra o abasileiramento da Língua Portuguesa que este representa.

Os ensaios de cunho crítico e reflexivo produzidos por José de Alencar e por seus censores críticos, que compõem nosso corpus documental, podem ser compreendidos como “monumentos” (LE GOFF, 1990, p. 545) que perpetuam o teor daquelas lutas simbólicas. Produzidos no calor do combate, procuravam legitimar propostas divergentes de fazer

literário. Propostas recheadas de intenções nacionalistas, que emergiram num campo de disputas marcado por relações de forças, as quais impeliam seus autores a se posicionarem conforme suas inquietações, formas de ver e compreender o mundo e pelo lugar de onde falavam.

4. Resultados

Produção de sete textos compreensivos do conteúdo de cada documento listado no item 1. Introdução. Apresentação oral dos resultados obtidos em quatro simpósios/congressos acadêmicos, que são: 1) “Cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*”, no II Simpósio de Ciências Sociais da UFG – Cultura, Imaginário e Poder, em setembro de 2010; 2) “As ‘Cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*’”, no VI Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus Catalão (CONPEEC), em 2010; 3) “As ‘Cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*’”, no I Fórum de Licenciaturas do Campus Catalão, em 2010; 4) “Alencar e o romance americano: línguas, linguagem literária, história, cultura e natureza”, no VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG/XIX Seminário de Iniciação Científica, em julho de 2011. Apresentação em formato de pôster do trabalho “Alencar, as Línguas e a Prosa Americana”, com a publicação de texto completo, no formato artigo nos Anais do VII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus Catalão (CONPEEC) / Reunião Regional da SBPC em Catalão, em maio de 2011. Publicação de três resumos em anais dos seguintes eventos: II Simpósio de Ciências Sociais da UFG – Cultura, Imaginário e Poder; VI Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus Catalão (CONPEEC), I Fórum de Licenciaturas do Campus Catalão; e no VII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus Catalão (CONPEEC) / Reunião Regional da SBPC em Catalão. Elaboração de relatório final em forma de artigo.

5. Discussão

Um ponto fundamental, ao lidar com as variadas posições levantadas na documentação dos escritores filiados a vertente portuguesa e aqueles da frente brasileira no século XIX, é inseri-las num campo de contrastes, tensões e confrontos, de acordo a perspectiva da história-problema proposta pelos Annales e da história cultural, também herdeira daqueles. História cultural que se volta para pensar os mecanismos de produção dos bens simbólicos, marcados

por intencionalidades, diálogos e intertextualidades, mas que se debruça também sobre a difusão e recepção de tais bens.

Nesse sentido debruçamos sobre textos produzidos, difundidos e recebidos no contexto de um debate intelectual acirrado travado no campo da cultura escrita oitocentista nas páginas dos livros, mas também da imprensa periódica. A princípio, por meio das “Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*” (1856), Alencar, nas folhas do *Diário do Rio de Janeiro*, instaurou uma polêmica em torno da questão da formulação do poema por Gonçalves Magalhães como forma de representação da nação. Teceu duras críticas ao poeta numa série de oito cartas, assinadas sobre o pseudônimo de *Ig*, abreviatura do nome da heroína do poema, *Iguaçu*.

O contexto do poema de Gonçalves de Magalhães é o tempo do Brasil colonial, que foi retratado em dez cantos ligados por um pequeno drama de amor. Um tema recorrente nas “Cartas” foi a composição estética da obra edificada nos moldes da epopéia clássica. Avaliando o poema sobre os preceitos que regia a epopéia, acusou o descuido no uso da forma e dos recursos da metrificacão, afastando de criadores como Dante, Homero, Virgílio, Camões, dentre outros. Em diálogo intertextual também com Lamartine e Chateaubriand, Alencar teceu suas considerações sobre o poema. Propôs que se esquecesse das ideias de “homem civilizado” para que se pudesse chegar a uma poesia própria e nova, descrevendo a natureza, não pelo olhar da civilização, mas, originado no seio da própria natureza (ALENCAR, 1960, p. 865).

O poema pretendia ser nacional, mas distanciava da natureza brasileira. Faltava imaginação, simplicidade, singeleza e colorido. Não tinha a simplicidade antiga da arte grega e nem o caráter plástico da poesia moderna. A palavra não mereceu a devida atenção, não produziu o efeito do belo e nem exprimiu a realidade da nação. Magalhães “não escreveu versos; alinhou palavras, mediu sílabas, acentuou a língua portuguesa à sua maneira, criou uma infinidade de sons cacofônicos, e desfigurou de um modo incrível a sonora e doce filha dos romanos poetizada pelos árabes e pelos godos”. (ALENCAR, 1960, p.869, 882, 884, 890).

Já, na “Carta ao Dr. Jaguaribe” (1865), Alencar avança no seu programa de edificação da literatura brasileira, de maneira mais clara, na tentativa de conquistar uma linguagem nova, que baseasse uma narrativa moderna, ao abordar a questão de “como e porque escreveu *Iracema*”. Preocupado em encontrar uma linguagem nova, algum “atrativo” para compor a nacionalidade, avaliou que até o momento as produções de caráter indígena não contemplavam totalmente a vida selvagem:

Muitas pecavam pelo abuso dos termos indígenas acumulados uns sobre os outros, o que não só quebrava a harmonia da língua portuguesa, como perturbava a inteligência do texto. Outras eram primorosas nos estilos e ricas de belas imagens; porém falta-lhes certa rudez ingênua de pensamento e expressão, que devia ser a linguagem dos indígenas (ALENCAR, 1964, p. 1123).

O verdadeiro poeta brasileiro deveria conhecer, inspirar e se apropriar da língua nativa, da linguagem indígena para alcançar a expressão da nacional, ser relevante, autêntico:

O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências do seu espírito, e até as menores particularidades de sua vida. É nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro; é dela que há de sair o verdadeiro poema nacional, tal como eu o imagino. (ALENCAR, 1964, p. 1123).

Nesse escrito lançou à proposta central que norteia a perspectiva estética de sua produção com enfoque na temática indígena. Alencar descarta a poesia como “forma” e como “gênero de literatura” para realizar seu projeto nacional e abandona essa via. Desenganado da poesia pela investigação laboriosa que requeria, fatigado pela contínua meditação na procura da etimologia de vocábulos, trabalho que poderia não ser levado em conta pelo leitor da “literatura moderna” e pela crítica, receoso de não ser entendido e apreciado, ponderou: “O que pareceu melhor e mais acertado foi desviar o espírito dessa obra e dar-lhe novos rumos.” (ALENCAR, 1964, p. 1124). A poesia encontrava sob suspeita, era preciso outra forma para contemplar a vida dos índios e seu cotidiano:

Em um desses vólcres do espírito à obra começada, lembrou-me fazer uma experiência em prosa. O verso pela sua dignidade e nobreza não comporta certa flexibilidade de expressão, que entretanto não vai mal à prosa a mais elevada mais elevada. A elasticidade da frase permitiria então que se empregassem com mais clareza as imagens indígenas, de modo a não passarem despercebidas. Por outro lado conhecer - se - ia o efeito que havia de ter o verso pelo efeito que tivesse a prosa. (ALENCAR, 1964, p. 1124).

No desafio de superar a forma poema recorre ao romance, à prosa, para representar o sentimento nacional imbuído na cultura selvagem americana com sua originalidade e diversidade. Então “se o público leitor gostar dessa forma literária, que me parece ter algum atrativo, então se fará um esforço para levar ao cabo o começado poema, embora o verso tenha perdido muito do seu primitivo encanto”. (ALENCAR, 1964, p.1125).

O romance foi visto como mais adequado para tecer suas considerações acerca de nossa identidade cultural, era um veículo moderno e seria na prosa que o poeta deveria apresentar sua tradução, as imagens, cenas e cores da nação.

Este livro é, pois, um ensaio ou antes mostra. Verá realizadas nele minhas ideias a respeito da literatura nacional; e achará aí poesia inteiramente brasileira, haurida na língua dos selvagens. A etimologia dos nomes das diversas localidades e certos modos de dizer, tirados da composição das palavras, são de cunho original. (ALENCAR, 1964, p. 1125).

Desta maneira o autor declarou que a “forma literária”, “o gênero de literatura” que julgou adequado para realizar seu projeto de literatura nacional era a prosa. *Iracema* era, pois, uma “experiência” de escrita poética em prosa.

Avaliando essa “experiência” em prosa de literatura brasileira implementada por Alencar, emergiram várias vozes ao redor do romancista. Destacamos aqui as considerações do escritor português Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), sobre a literatura brasileira, o lugar que nela ocupava Alencar e a importância de *Iracema* nesse contexto. Chagas nasceu em Lisboa, suas obras tiveram repercussão imediata, mas não obtiveram êxito após sua morte, tornando um autor praticamente esquecido.

Em a “Literatura Brasileira – José D’Alencar” (1867), Chagas avaliou que não existia uma literatura nacional, nem fatos suficientes para que a nacionalidade pudesse se inspirar, se espelhar e realização uma produção literária independente. A construção da nação ainda era um fato recente “para que seus incidentes, refletindo-se no espelho da literatura”, pudessem “deixar nele imagem bastante colorida e enérgica” (CHAGAS, 1965, p.194). Nas páginas de *Iracema*, segundo uma crítica tomada de um jornal do Rio de Janeiro, pululavam defeitos por conter um número excessivo de termos indígenas. Mas, Chagas julgou que esse não era o problema:

Não; esse não é o defeito que me parece dever notar-se na *Iracema*; o defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania de Lobato. (CHAGAS, 1965, p.198-9).

Chagas defendeu que não seria com o desprezo do português clássico que se almejaria chegar a uma nova língua, que a evolução da língua é um processo natural e independente da vontade humana: “como qualquer outro fenômeno físico, esta sujeito a leis fixas e imutáveis, como a gravitação, ou a expansão dos gases” (CHAGAS, 1965, p.199).

Respondendo a tais ponderações de Pinheiro Chagas, Alencar produziu um “Pós-escrito” à segunda edição de *Iracema* (1870), no qual se estende tratando questões de cunho

ortográfico e propostas referentes à língua e ao estilo. Em corrente oposta as concepções puristas da língua, Alencar asseverou: “minhas opiniões em matéria de gramática tem-me valido a reputação de inovador, quando não a pecha de escritor incorreto e descuidado” (ALENCAR, 1964, p.1129). Em seguida expôs sua recorrente preocupação com o uso da língua e da forma,

Pretendo tratar largamente desse assunto em uma pequena obra que tenho entre mãos, e na qual me propus a fazer um estudo sobre a índole da língua portuguesa, seu desenvolvimento e futuro, considerando especialmente a tão cansada questão do estilo clássico. (ALENCAR, 1964, p.1129).

Segundo Chagas, o defeito que se podia notar em *Iracema* e em todos os livros brasileiros, era “a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes, a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e insubordinações gramaticais” (CHAGAS, 1965, p.198-199). Alencar ponderou que para Chagas a gramática era um padrão inalterável, devendo o escritor se submeter a ela de maneira rigorosa. Mas, aqui no Brasil, ocorriam transformações consideráveis no modo de falar e usar o Português, ocorrendo uma “revolução” nesse campo: “a revolução é irresistível e fatal, como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, italiano, etc; há de ser larga e profunda, como a imensidade dos mares que separam os dois mundos a que pertencemos” (ALENCAR, 1964, p.1130). Alencar expressou como sendo um evolucionista no que referia à língua e chamou o português de “nossa língua comum”. Mas, para Chagas “estamos possuídos da mania de tornar *o brasileiro* uma língua diferente do velho português” (ALENCAR, 1964, p.1130).

Dentro da controvérsia, Alencar apresentou-se como um evolucionista no que refere à transformação das línguas. Logo, convém ressaltar que o escritor não pretendeu criar uma língua “brasileira”, mas, sim, produzir uma literatura que abarcasse a transformação que o velho idioma português vinha sofrendo em terras brasileiras. Ele afirmou que havia uma “tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal” (ALENCAR, 1964, p.1130). Por meio da representação da língua, como pano de fundo para a construção da unidade nacional, estava a ideia do amálgama de raças e das línguas, pensadas como produtos históricos e culturais híbridos: “a mestiçagem sugere harmonização, numa mistura sem hierarquias e os elementos que formam nossa cultura – índio, o branco e o negro – estão presentes numa articulação assimétrica e conflituosa” (TROUCHE, 1999, p.11). Destacou Alencar que, “os operários da transformação de nossas línguas são esses representantes de tantas raças, desde a saxônica até a africana, que

fazem nesse solo exuberante amálgama do sangue, das tradições e das línguas” (ALENCAR, 1964, p.1130). Defendeu o direito de uma individualidade linguística, “jovem” e “robusta” que fosse própria, distante da clássica portuguesa.

Se a transformação porque o Português esta passando no Brasil importa uma decadência, como pretende o Sr. Pinheiro Chagas, ou se importa, como eu penso, uma elaboração para sua florescência, questão que o futuro decidirá e que eu me proponho a tratar largamente na obra a que já aludi. Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis morais que a pujante civilização brasileira, com todos os elementos de força e grandeza, não aperfeiçoasse o instrumento das ideias, a língua. (ALENCAR, 1964, p.1131).

Já acerca do uso recorrente de neologismos em suas obras, o qual foi alvo constante de censuras, ponderou: “a eles sem dúvida, se referiu ao Sr. Pinheiro Chagas, quando me qualificou de inovador, embora não me compreende-se entre os mais audazes” (ALENCAR, 1964, p.1131). Nesse sentido, dentre outros casos, o emprego do artigo definido também foi defendido: “Isso que nada mais é do que uma reação contra o abuso dos escritores portugueses, que empregam aquela partícula sem tom nem som, me tem válidas censuras de incorreto” (ALENCAR, 1964, p.1131). Alertou, nesse contexto “dos usos”, sobre a maneira de argumentar dos puristas,

às vezes, quando se trata de uma nova palavra ou locução, repelem-na pela razão peremptória de não se encontrarem nos clássicos. Outras vezes, intromete-se a criticar dos clássicos determinando o que se deve imitar e o que evitar. Manifesta contradição, ou prevalece a respeito do estilo a razão de autoridade, e neste caso eles são os mestres, respeitai-os, ou prevalece à autoridade da razão, e neste caso a questão é de opinião: á vossa contraponho a minha. (ALENCAR, 1964, p.1131).

Evidencia-se a postura de Alencar em relação às críticas sobre seu programa de apropriação da diversidade linguística tomada como referência para sua produção textual. Mas, ao mesmo tempo, “é importante notar que o grande romântico teve o cuidado de se defender das acusações com o uso clássico e não com o uso popular do brasileiro...” (MELO, 1972, p.28). Podemos pensar em uma espécie de paradoxo no que concerne a teoria e a prática de Alencar. Na sua trajetória nacionalista o romancista soube escrever com estilo brasileiro, mas, por outro lado, promoveu uma boa língua portuguesa.

Qual a origem do equívoco? Naturalmente, a atitude contraditória de Alencar, que para se defender de acusações vagas e infundadas de escritores portugueses, resolveu reivindicar a legitimidade de um idioma brasileiro, quando, na realidade, continuou a escrever em bom português. (BOECHAT, 2003, p.24).

Dentro do mesmo campo intelectual, se localizando ao lado de Pinheiro Chagas, o escritor maranhense, Antônio Henriques Leal (1828/1885), publicou o artigo “A Literatura Brasileira Contemporânea”, no qual tratou da figura de Alencar e de sua produção literária. Exaltou o escritor considerando-o “publicista distinto” que vinha conquistando “por seu engenho e pelo conceber inesgotável, florantes loiros em todas as carreiras”. No entanto, ponderou:

É pena que talento tão superior não se aplique ao estudo da língua, com mais interesse e sem prevenções. Porém, quanto a sua linguagem e estilo são descuidados e por vezes desiguais e frouxos; posto que sejam compensados esses senões pelas muitas belezas que se encontram em suas obras, tais como a exatidão e firmeza de suas descrições, o bem sustentado dos diálogos, e as observações adequadas à feição verdadeiramente brasileira desse trabalho. (LEAL, 1965, p.208).

Na esteira dessas reflexões, Leal deu continuidade a seu exercício crítico em “Questão Filológica: a propósito da segunda edição de *Iracema*” (1871). Reconheceu, a princípio, que os defeitos proeminentes de tal obra advinham de “uma falta de crítica literária entre nós” (LEAL, 1965, p.210), de uma crítica isenta de qualquer concepção particular, que fosse acima de tudo “independente” e “desinteressada” na busca do que seja o “belo” e o “correto”.

Assim, Alencar encontrava, mais uma vez, forte oposição de uma crítica tradicional, pressa a um conceito purista da língua, que o via como escritor incorreto e descuidado (BOECHAT, 2003, p.23). Leal afirmou:

Estilo frouxo e incorreto, não é o clássico, pesado e enfadonho [...] Concorde em tudo quanto diz com referência a certos autores clássicos, que abusam em demasia das conjunções copulativas e dos períodos extensamente longos. (LEAL, 1965, p.212).

Leal admitiu que a língua portuguesa em muito avançou no decorrer do tempo e acumulou progressos infindos, como no caso dos usos, costumes e tradições que se modificaram no transcorrer dos séculos. Para ele havia muitas ambiguidades em expressões de *Iracema*, “descuido do afamado romancista”, as quais não insistiria em apontá-las, uma a uma. Já em relação à ideia de que, no Brasil, a língua portuguesa era outra, e que as transformações rumavam para sua autonomia, asseverou:

Não posso, contudo, deixar de insurgir-me contra a falsa doutrina de que a língua é outra no Brasil e que convém transformá-la para que se torne independente. [...] Não nego que a língua portuguesa, riquíssima até a sua idade de ouro, não tenha acompanhado daí em diante os progressos da humanidade, e que há suma dificuldade em exprimir hodiernamente coisas

aliás vulgares e de uso comum. Para dizer o que hoje se passa, para explicar as ideias do século, os sentimentos desta civilização, é forçoso inovar-se, e para isto, ser um gênio, profundamente lido e preparado nas línguas mortas e atuais, como Garrett ou outros que tenham bases sólidas e fundas como ele (LEAL, 1965, p. 213).

Leal concordou com a falta de afinação da língua portuguesa com os progressos do mundo civilizado. Se havia um descompasso perceptível decorrente dos brasileiros viajarem muito e educarem-se em diversos países adiantados, conhecendo “mais objetos que os literatos portugueses”, seria, pois, “duro que ficássemos estacionados, à espera de um dicit, sem exprimirmos nossas sensações por falta de vocábulos, nem empregássemos os termos de antropologia, de botânica, de geografia ou os comuns da língua tupi, que significam coisas nossas”. Tornava-se, nesses casos, não “só necessário, como lícito, inovar”, pois não havia como negar que “as línguas, como os costumes, os usos, se transformam e se modificam”. Mas a transformação em que acreditava era “aquela lenta, gradual e insensivelmente, e não ex-abrupto, em tempo dado e quando se quer, ou por decreto, senão por trabalho de séculos.” (LEAL, 1965, p 213-4).

Articulando a questão da modificação da língua àquela da independência brasileira em relação à ex-metrópole portuguesa, ponderou:

ou:

Para sermos independentes, basta formamos nação à parte, com diversa organização política, não carecemos de Portugal para o nosso desenvolvimento; e quanto à língua, termos uma pronúncia mais eufônica, mais doce, mais suave, mais musical. [...] Isto, porém, não nos autoriza a empregarmos a esmo e sem necessidade locuções novas, e ainda menos a desrespeitarmos a gramática, contrariarmos o gênio da língua. (LEAL, 1965, p. 214).

Dando seu veredicto sobre as inovações praticadas e defendidas por Alencar, afirmou:

Deixemos-nos de inovações extravagantes, onde já é miséria, e grande, não sabemos usar das riquezas que herdamos, para melhor recorrermos e admitir tudo o de que precisamos a fim de exprimir coisas ou novas, ou inteiramente brasileiras. [...] Os Luteranos não se fazem e menos se impõem, aparecem com as circunstâncias e são aceitos pela necessidade que há deles. Assim, a doutrina que proclama o Sr. Conselheiro Alencar, afirmando que ‘desde que uma palavra for introduzida na língua pela iniciativa de um escritor, torna-se nacional’ (Irac., p. 251) e de todo o ponto falsa e perigosa. (LEAL, 1965, p. 214)

Leal negou que os escritores americanos empregassem uma língua diversa daquela europeia e defendeu o purismo da linguagem desses autores.

Por derradeiro nego que os escritores da América Espanhola ou dos Estados Unidos também tenham feito, como assevera o autor, uma língua diferente da inglesa e espanhola, antes, ao revés disso, foi pelo purismo da linguagem que Fenimore Cooper, Washington Irving, Tcknor, Bancroft e Prescott venceram o desdém britânico e conseguiram fazer-se ler e aplaudir na orgulhosa Albion; e os poucos escritores argentinos e chilenos que conheço, não me parece que dessemelhem na linguagem da de Lope de Vega, Calderón e Cervantes! (LEAL, 1965, p. 216-7).

Finalizando, Leal enfatizou que a proposição de uma língua brasileira era uma forma de insanidade mental, sendo favorável a uma prática contrária, ou seja, de valorização do português e seu fortalecimento, expurgando as enxertias parasitárias que o levariam à morte.

Deixemos, pois, de vez essa monomania de criar um idioma brasileiro, e isto quando Sotero veio aplainar-nos a estrada, doutrinando-nos, e facilitando-nos a aplicação do estudo da boa linguagem, para compreendermos os clássicos e darmos o devido apreço às riquezas da língua portuguesa. Estudemo-la em comum, portugueses e brasileiros, e tratemos todos de desarraigar dela tantas parasitas que a vão enfraquecendo, disformando e esgotando-lhe a seiva da vida, de modo a torná-la ainda um dia cadáver. (LEAL, 1965, p. 217).

Assim, Leal expôs seu projeto de “contra-reforma” com o intuito de barrar as “inovações” perniciosas, de fazer parar os “dissidentes” heréticos, pois, a causa era “santa”.

Alencar defendeu-se das críticas de Pinheiro Chagas e Henriques Leal, em “Questão Filológica” (1874). Assinalou sua postura política pela busca da autonomia cultural brasileira, advertindo que seu “verdadeiro contendor” não era Leal, “mas a literatura portuguesa, que, tomada de um zelo excessivo”, pretendia “por todos os meios impor-se ao império americano.” Afirmou que nesse rumo ia “à cola grande parte dos escritores do Brasil”, país “ainda tão pouco nosso”, os quais sacrificavam “o sentimento nacional por alguns elogios da imprensa transatlântica”. Combatia “contra essa corte” ansiando ver despontar na mocidade “alguns talentos bafejados pelas auras americanas”, nos quais poderiam vibrar “os assomos de nossa independência literária, como outrora a ideia da emancipação política fez palpitar a geração de 1823.” Mas tinha tímidas esperanças de que tal independência literária ocorresse. (ALENCAR, 1960, p. 940-1).

Rememorando, lembrou que Leal havia combatido seu estilo e que havia se defendido contra a “tão repisada censura”, traçando um paralelo entre o estilo quinhentista e o moderno, que é “mais leve, singelo, livre e desembaraçado”. Porém, como o crítico lhe atribuía, com

“ignorância sobre a língua, a loucura de querer transformá-la”, dirigia-se outra vez “à luta”. (ALENCAR, 1960, p. 941).

Alencar discutiu, dentre outras questões, sobre a diferença que se notava entre o inglês e o espanhol da América e as línguas mães da Europa, a qual se tornava mais saliente. Referindo-se ao caso inglês, recorreu à opinião “de Webster, o primeiro glossólogo americano”, que esclarecia que: “Desde que duas raças de estirpe comum separam-se, colocam-se em regiões diferentes, a linguagem de cada um começa a divergir por vários modos”. Adensando citou Alfred Maury, que defendia que as “causas de alteração e transformação das línguas” resultam da “evolução do entendimento” social somado à questão da “constituição moral e física das raças” às quais foram transmitidas. A organização física dos celtas e iberos, “obrigou-os a modificar a pronúncia do latim”, trazendo “gradualmente a metamorfose das palavras”. O gênio intelectual de um povo chegava “a dar até à fraseologia, à sintaxe um caráter novo”. Assim, “os anglo-americanos, todos os dias”, alteravam “a pronúncia original de seu idioma de origem anglo-saxônia”, e introduziam “locuções contractas”, que recordavam as línguas dos indígenas da América. (ALENCAR, 1960, p. 960).

Para Alencar, se Leal refutasse essas opiniões, poderia contestar o que ele afirmava sobre nosso idioma. Em sua visão, se, a princípio, os escritores americanos não acharam na terra da pátria vestígios e tradições de uma literatura indígena, imitaram os modelos estrangeiros com suas fórmulas consagradas, mas essa fase requereria superação e estava em andamento: “o escritor verdadeiramente nacional acha na civilização de sua pátria, e na história já criada pelo povo, os elementos não só da ideia, como da linguagem que a deve exprimir.” Os americanos do Norte já se haviam emancipado da “tutela literária da Inglaterra” e chegaria a vez dos espanhóis e brasileiros (ALENCAR, 1960, p. 960).

Pensando a literatura, a história, a língua e a linguagem como armas políticas de emancipação cultural ao domínio das antigas metrópoles, Alencar defendeu a “revolução” que ele observava em curso contra a imitação dos “modelos da metrópole”. Esse processo estava ligado à independência nacional, ao analfabetismo, ao tamanho do mercado de impressos e de circulação de livros. Assim, quando contássemos mais leitores frente aos analfabetos e tivéssemos para nossos livros a circulação que davam os Estados Unidos aos seus, “nenhum escritor brasileiro se preocupar[i]a mais com a opinião que dele formar[iam] em Portugal”. Ao contrário, seriam os escritores portugueses que se afeiçoariam a nosso estilo, para serem entendidos do povo brasileiro e terem esse mercado para derramarem seus livros. (ALENCAR, 1960, p. 961).

6. Considerações Finais

Desta forma, em torno do conjunto da perigrafia textual de Alencar, de “seus prólogos e prefácios, posfácios e pós-escritos formam na verdade o roteiro possível de um intenso diálogo” (BOECHAT, 2003, p.22). Alencar estabeleceu um diálogo profundo com seus interlocutores, no qual é possível observar suas posições, idéias, preocupações e enfrentamentos. O romancista demonstrou ser um escritor comprometido com seu país, em representá-lo por meio uma linguagem literária moderna, que empregasse uma língua portuguesa transformada pelo uso de seus falantes ao longo de sua história e modificada pela diversidade linguística e cultural que constituía a nação marcada pela presença de sua natureza exuberante e pelo emprego de termos tupis ao falar. Daí nasceria a literatura nacional, forjada numa língua portuguesa “abrasileirada” e numa linguagem moderna.

O debate recente acerca da língua portuguesa, que foi questão de intensa discussão em meados do século XIX e ao longo do século XX, tendo como foco a busca por uma uniformização da ortografia, remete à figura de José de Alencar. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 1990, por Portugal, Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e, posteriormente, por Timor Leste, aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo n.º 54, de 18 de abril de 1995 e que entrou em vigor em 2009, trouxe à tona a questão do abasileiramento da língua e produziu muitas resistências. A partir do debate que este fato na imprensa periódica, nos meios acadêmicos e na rede mundial de computadores, surgiu o interesse em investigar essa questão, pois como afirma Bloch (2001, p. 67), o conhecimento histórico se instaura partindo de questões do presente a serem interrogadas no passado.

Assim, podemos dizer que as cenas atuais, referentes ao Acordo, as comemorações e também as manifestações de repúdio, constituem em mais um capítulo de uma longa história que nunca foi tranquila e que ainda não teve seu fim. O novo Acordo Ortográfico, que pauta-se no critério fonético e unifica 98% do vocabulário geral na escrita da língua, estabeleceu algumas regras de grafia, mais outras ainda ficaram em aberto. Ele incorpora e impõe, ao que parece, um “abrasileiramento” do idioma, pois Portugal teve maior índice, 1,6%, de alterações no vocabulário a ser revisto, contra 0,45% do Brasil. Tal quadro tem causado descontentamentos e protestos, como podemos acompanhar pela imprensa, sobretudo, a portuguesa, que tem abordado a expansão do Movimento contra o Acordo. Sob encomenda do jornal português *Correio da Manhã*, o mais vendido no país, uma pesquisa foi realizada sondando a opinião da população portuguesa, e a maioria foi contra a aplicação do acordo

ortográfico e disse que não vão utilizar as novas normas. Os portugueses, na resistência a adotar a nova ortografia, iniciaram, no ano de 2008, um movimento contrário à reforma, o qual se expandiu no presente ano, alçando, num abaixo-assinado, mais de 113 mil assinaturas (MAIORIA..., 2009; STRECKER, 2009).

7. Referências

- ALENCAR, José de. Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. v.4. p.863-922.
- ALENCAR, Jose de. Pós-escrito [à 2ª edição de Iracema]. In:_____. *Ficção completa e outros escritos*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1964. v. 2. p.1125-1136.
- ALENCAR, José de. Carta ao Dr. Jaguaribe. In: _____. *Ficção completa e outros escritos*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1964. v. 2. p.1122-1125.
- ALENCAR, José de. Questão filológica. In: _____.*Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. v. 4. p. 939-961.
- ARARIPE Jr. José de Alencar: perfil literário. In: BOSI, Alfredo (org.) *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: EdUSP, 1978.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- BOECHAT, Maria Cecília B. *Paraísos artificiais: o romantismo de José de Alencar e sua recepção crítica*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 1997.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- GUIMARÃES, Elisa. José de Alencar e o referencial teórico lingüístico da língua portuguesa. *Revista do GELNE*, v. 4, n.2, 2002. <www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no2_14.pdf> Acesso em: 18/02/2009.
- LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990. p. 535-549.

LEAL, Antonio Henriques. Questão Filológica: a propósito da 2ª. ed. de *Iracema* (romance do Sr. Conselheiro J. de Alencar. In: ALENCAR, J. de. *Iracema*. Rio de Janeiro, 1965. p. 210-217. Edição do centenário 1865-1965.

LEAL, Antonio Henriques. A literatura brasileira contemporânea. In: ALENCAR, J. de. *Iracema*. Rio de Janeiro, 1965. p. 208-209. Edição do centenário 1865-1965.

MAIORIA dos Portugueses são contra a reforma ortográfica. UOL EDUCAÇÃO. Disponível em:

<<http://educacao.uol.com.br/portugueses/reforma.ortografica/2009/03/19/ult3278u126.jht>>. Acesso em: 15/04/2009.

MARCO, Valeria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1993.

MELO, Gladstone Chaves. Alencar e a língua brasileira. In: ALENCAR, J. de. *Iracema*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. p. 1-109.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 23

SERRA, Tânia. Língua “brasileira” e nacionalismo no romance romântico de José de Alencar. In: COLLOQUE INTERNATIONAL LUSOGRAPHIE/ LUSOPHONIE, 1994, Rennes. Cadernos... Rennes: Université Rennes 2. v. 2.

SATRECKER, Marcos. Portugueses resistem a adotar nova ortografia. FOLHA ONLINE. Disponível em: <

<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%F%2Fwww1.folh...>> Acesso em: 18/08/2009.

TROUCHE, L. M. G. Língua-nacionalidade do pensamento? In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 4., 1999, Viçosa. Anais...Viçosa: UFV, 1999. CD-ROM.